ISSN: 2358-8829

O ESTUDO DA DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS

Levi Varjão [1]
Lucas Silva Varjao [2]
Noemi Silva Varjão [3]
Loide Silva Varjao[4]

RESUMO

Este presente artigo faz um estudo sobre a abordagem dos discursos a respeito da temática diversidade sexual estudada nas escolas, com aspectos incluindo a homofobia e os prejuízos provocados aos indivíduos LGBT no ambiente escolar. O objetivo geral é fazer uma reflexão com vistas à falta de preparo dos professores e equipe educacional por não intervir e/ou atuar para desmistificar a sexualidade na escola, bem como pelo interesse dos professores em buscar entendimento nesse assunto e na abordagem do mesmo, como tema transversal na escola. Também aborda pontos a respeito da influência da heteronormatividade/sociedade, fazendo com que a escola se silencie e produza um falso discurso de tolerância. Os objetivos são: colocar em pauta a quebra de tabu sobre gênero e sexualidade na política escolar, levar os professores a uma reflexão, e ampliando os estudos e discussões nessa área para a conquista de uma educação livre de preconceitos. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi uma revisão integrativa, em seguida foi feita uma análise qualitativa descritiva do material selecionado a partir da aplicação de filtros e parâmetros pré-determinados. A pesquisa se baseou nos estudos e análises de pesquisadores(as) como Silva (1994, 1998, 2000), Larrosa (1994), Ávila, (2003), e outros. O discurso sobre a sexualidade e do gênero está imbuída de valores e significados constitutivos da socialização de homens e mulheres. O entendimento sobre o sexo que nos constitui, reduzindo-o às características físicas e naturais colocados à concepção biológica, ao cuidado do corpo e à prevenção de doenças ainda é vista como universal e a-histórica. Esses valores configuram a própria identidade docente, bem como as identidades de gênero chanceladas nas normas e relações escolares.

Palavras-chave: Diversidade sexual, gênero, políticas públicas, sexualidade. escolas.

[1] Doutor em Educação. lmvarjao@uol.com.br
[2] Médico. lucsvarjao@gmail.com
[3] Médica. noevarjao@yahoo.com.br
[4] Médica. los_varjao@yahoo.com.br

ISSN: 2358-8829

INTRODUÇÃO

Este artigo faz um estudo sobre a diversidade sexual nas escolas e como está sendo tratada essa questão na atualidade.

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade.

Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades.

Para isso, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos.

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996, 2000 e 2001). Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise

ISSN: 2358-8829

dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC) entende que, em uma perspectiva inclusiva, políticas educacionais que correlacionam gênero, orientação sexual e sexualidade não devem se restringir à dimensão, de todo modo importante, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva. É preciso ir além e, ao mesmo tempo, partir de outros pressupostos.

Dessa forma, ao falar em diversidade sexual, a Secad/MEC procura, antes, situar questões relativas a gênero, orientação sexual e sexualidade no terreno da ética e dos direitos humanos, vistos a partir de uma perspectiva emancipadora. Assim fazendo, evita discursos que, simplesmente, relacionam tais questões a doenças ou a ameaças a uma suposta normalidade. Ao mesmo tempo, afasta tanto posturas naturalizantes quanto atitudes em que o cultural passa a ser acolhido ou recusado de forma simplista e acrítica.

ENTENDENDO A DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS

A escola tem sido alvo de várias propostas de intervenção no campo da sexualidade. Em propostas mais recentes, podemos perceber o surgimento e a discussão da nomeada *diversidade sexual*. Esse termo tem surgido no campo da educação sexual e de programas voltados à questão dos direitos humanos, em especial no programa *Brasil sem Homofobia*. Diversidade sexual é uma expressão que vem sendo muito utilizada pelo movimento social para designar questões relativas à homossexualidade ou às homossexualidades. O termo *diversidade* vem se constituindo como opção ao termo "diferente" ou "diverso", que traz consigo, incorporado, o referencial de "normal". Sua utilização de maneira ampla traz questionamentos:

O termo diversidade sexual está sendo utilizado de uma maneira ampla tanto na área das políticas públicas como dos movimentos sociais e da educação. Sua utilização como um termo dado tende a colocá-lo como um conceito naturalizado, constituindo um lugar, um campo e constituindo sujeitos que o possam habitar. Nos é necessário refletir sua constituição e os embates,

ISSN: 2358-8829

por vezes bastante acirrados, que determinaram e determinam seu significado e os discursos e saberes que daí decorrem. (Ávila, 2003, p. 26)

Na educação, o conceito da *diversidade* foi, num primeiro momento, utilizado como uma inovação da educação especial, mas, progressivamente, foi se expandindo em todo o contexto educativo como parte do discurso de reivindicações de uma educação para todos. Suas reivindicações fundamentais são a não discriminação das deficiências, da cultura e do gênero. O discurso da educação inclusiva coloca que o que deve ser enfatizado é a diversidade, mais que a semelhança; defende uma educação eficaz para todos.

Nesses argumentos, o que aparece é uma diversidade relacionada a diferenças culturais e de aprendizado, sem discutir os valores que geraram classificações, como se o processo de diferenciação fosse da ordem do natural. Naturalmente, somos diferentes, mas essa maneira de compreender deixa de lado os valores e as hierarquias que definem as diferenças. Esse tratamento da questão tem sido discutido por diversos autores.

Suspeito, como muitos outros, do termo "diversidade". Este termo confere um perfume às reformas educativas e implica uma rápida e pouco debatida absorção de alguns discursos igualmente reformistas. Diversidade tem sempre me parecido "biodiversidade", isto é, uma forma leviana, ligeira e descomprometida, de descrever as culturas, as comunidades, as línguas, os corpos, as sexualidades, as experiências de ser outro, etc, E me parece, outra vez, uma forma de designação do outro, dos outros sem que se curve em nada a onipotência da mesmice "normal". (Skliar, 2006, p. 30)

Com o tratamento da diversidade, no geral, as políticas públicas de inclusão, da maneira que estão sendo feitas no Brasil, defendem a inclusão do "diferente", aquele que possui algo que os normais não têm.

O "atendimento respeitoso às diferenças" dos(as) alunos(as), a partir de suas especificidades, torna-se uma tarefa complexa quando se pensa em maneiras de lidar com a tarefa de "acolher todas as diferenças" dos(as) alunos(as) nas escolas, sem a necessidade de categorizá-los(as) de uma forma generalista; sem a criação desse espaço do indivíduo que necessita ser acolhido, apesar de sua dificuldade, da individualização, da vulnerabilidade; sem a necessidade de colar uma característica de risco a esse sujeito.

ISSN: 2358-8829

Ao pensar as políticas públicas que hoje propõem trabalhar a diversidade sexual, percebe-se que os discursos veiculados por tais campanhas sugerem, implícita ou explicitamente, concepções de sexualidade. Nesse sentido, também se pode entender essas campanhas de órgãos públicos como inseridas num discurso de fabricação de sujeitos e de sexualidades desejáveis, juntamente com o de aceitação de sexualidades nem tão desejáveis, traduzindo-se por propostas de políticas de inclusão.

ESTABELECENDO AS DIFERENÇAS

Quando a escola é chamada a interceder em relação à sexualidade, entende-se que ela vai intervir na vida do corpo e na vida da espécie, na saúde individual e coletiva, na vida dos alunos(as) e professores(as), bem como na regulação e organização da população. Portanto, nas propostas das políticas educacionais brasileiras, é possível identificar que há uma série de justificativas para que essas ações sejam realizadas, e elas determinam um sujeito alvo desses esforços, o que traz consigo um processo de constituição desse sujeito e de construção de subjetividades.

Estamos considerando a existência de uma articulação entre subjetividade e jogos de verdade, pois é através de jogos de verdade que nos pensamos e nos constituímos como indivíduos sexuados, alunos(as), educadores(as); que nos julgamos e nos colocamos ao lado da norma ou como desvios dessa. A subjetividade é produzida a partir de formas de subjetivação, cuja existência depende de um jogo de verdade estabelecido na produção e circulação de enunciados, práticas e instituições, que, para se consolidarem, tiveram que chegar a uma visibilidade se impondo sobre outras formas de verdade, criando uma divisão entre o verdadeiro e o falso, reforçando tanto um quanto outro - o que pode ser denominado de estratégia de veridicção, quando um tipo de verdade torna-se *a* verdade. Nesses termos é que Foucault nos diz: "só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se forma o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade". (Foucault, 1999a, p. 27)

ISSN: 2358-8829

Para podermos discutir essa questão, é necessário problematizar aquilo que foi construído como regime de verdade, compreender o discurso da inclusão buscando revelar que o ob- jeto desse discurso - a pessoa que está pensada em situação de vulnerabilidade ou risco - está sendo construído dentro dos processos sociais, históricos, económicos e culturais que regulam e constituem a forma como são pensados e inventados os corpos e as identidades desse outro. A meta da inclusão é entendida como um processo de modificação dos procedimentos normativos, estando implicados aí, principalmente, dois saberes interiores ao regime de verdade que participam da construção dos discursos acerca desse sujeito, que é o diverso sexualmente, e colocado no registro da inclusão: o saber médico e o pedagógico.

A DIVERSIDADE SEXUAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Ao tratar da introdução do gênero nas políticas públicas de educação, com especial visibilidade para as demandas em torno da diversidade sexual, é preciso lembrar a importância da saúde pública. Foi nesse setor que o debate se fez visível e viável, para depois ser, então, inserido nas demandas realizadas por setores da sociedade civil à área da educação.

Nos anos 1990 e no início do século XXI, ocorreram mudanças significativas no panorama dos temas ligados à homossexualidade, ocasionando transformações no quadro de visibilidade da temática, com a multiplicação de iniciativas no campo legislativo, da justiça e de extensão de direitos (Silva, 2010). Entretanto, foi no governo Lula que a diversidade passou a ser reconhecida, a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa, ocasionando uma modificação no modelo institucional de algumas secretarias, inexistente nos governos anteriores.

Foram criadas várias secretarias especiais, entre elas: a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). A participação desses atores no próprio governo somou-se às pressões advindas das Conferências Nacionais, locais de produção e negociação de agendas políticas que, muitas

ISSN: 2358-8829

vezes, resultavam na criação de novas responsabilidades governamentais e de tentativas de "introdução de diretrizes respeitosas à diversidade sexual", referência no campo do currículo; da formação docente; e das relações estabelecidas no ambiente escolar, com o intuito de propiciar, como afirma Roger Raup Rios (2009, p.78), a "superação de preconceitos e discriminações já consolidados".

Sob as injunções desses processos materializa-se a ênfase na inclusão social e também se organizam novas institucionalidades. No âmbito específico do Ministério da Educação, instituíram-se a Secretaria de Inclusão Educacional (Secrie) e a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (Seea). E, com a fusão destas secretarias, em abril de 2004, origina-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Iniciou-se, então, a tentativa de articular as ações de inclusão social com a valorização da diversidade e com o destaque às demandas até então invisibilizadas e não atendidas efetivamente pelos sistemas públicos de educação.

A partir da criação da Secad, canalizaram-se para a agenda governamental do MEC temas e sujeitos que dela estavam excluídos. Com a presença desses setores nos espaços da administração pública, assistimos à conversão de antigas denúncias em propostas de políticas públicas federais.

É essa secretaria que se incumbe de traduzir as propostas de desenvolvimento de ações no âmbito da educação gestadas em outros programas e planos mais gerais. Esse foi o caso, por exemplo, da organização do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004, e de sua segunda versão, em 2008, ambos antecedidos pelas Conferências de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007) e do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), precedido pelo Plano Plurianual (PPA 2004-2007).

O primeiro PNPM (2004) tinha entre seus objetivos a educação inclusiva e não sexista, visando a promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas. Já o Plano Plurianual (PPA 2004-2007), lançado em 2004, definia o Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Com vistas a efetivar esse compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) acolheu demandas do movimento LGBTT apresentadas em encontros nacionais e lançou o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), de combate à violência física, verbal e simbólica, sofrida por pessoas LGBTT[6]. O referido Programa traz um

ISSN: 2358-8829

capítulo dedicado à educação, com o objetivo de promover valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual. A tarefa de implementação dessas políticas de inclusão é coordenada pela Secad, na perspectiva de educação para a diversidade. Para tal intento, a Secretaria considera fundamental incluir a interlocução da diversidade sexual com a discussão da temática de gênero.

Enfim, ainda que sob forte tensão, são assumidas, no plano federal, diferentes demandas para a constituição de políticas públicas voltadas à diversidade, apresentadas principalmente pelos movimentos sociais. O fato de as Organizações Não Governamentais receberem mais incentivos para a produção de pesquisas voltadas para a diversidade sexual e para as desigualdades de gênero também foi um marco no primeiro mandato do presidente Lula.

Amplia-se a adoção de mecanismos de participação de movimentos sociais organizados, por meio de fóruns, seminários, conferências e outros espaços organizados para mobilizar atores e temas considerados relevantes para o desenvolvimento de políticas para a inclusão e a diversidade. Reúnem-se, assim, gestores dos sistemas de ensino, autoridades locais, representantes de movimentos e organizações sociais e dos segmentos diretamente interessados no avanço dessa agenda.

Na mesma direção, Nina Madsen (2008) ressalta o apoio do MEC às inúmeras iniciativas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) na área da educação, destacando um importante movimento na formulação das políticas a partir de 2003. O mesmo aconteceu com as ações educacionais propostas pelo Programa Brasil Sem Homofobia. Parte das principais políticas públicas que visam a superar a desigualdade relacionada às pessoas LGBTT, por meio da educação no âmbito do referido Programa, é expressão das respostas dadas pelo Estado a pressões, sugestões, participações e interferências do movimento LGBTT (Rossi, 2010).

Nesse processo, posso assegurar que a diversidade está presente em programas e projetos do MEC. Entre eles, destacam-se os relacionados às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual na formação continuada docente.

ISSN: 2358-8829

Alguns trabalhos acadêmicos mais recentes já refletem sobre as características e os efeitos das atuais políticas públicas acerca da diversidade sexual propostas para a educação em diferentes instituições de ensino, considerando alguns dos programas do governo, como: Brasil Sem Homofobia (Daniliauskas, 2011; Dulac, 2009; Quartieiro, 2009; Rossi, 2010); Gênero e Diversidade na Escola (Caldas, 2007; Ferrari, 2004; Grösz, 2008; Koerich, 2007; Mostafa, 2009); Capacitação de Multiplicadores(as) em Gênero e Políticas Públicas (Esperança, 2009; Santos, 2008; Santos, 2009).

Essas reflexões também se desdobram nos debates e nas deliberações da VI Conferência Nacional de Educação (Conae/2010), inserindo questões da inclusão e da diversidade na pauta das políticas educacionais do Brasil. Na proposição das metas para elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), é relevante o eixo que teve como título *Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade*. O projeto de lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, encaminhado ao Congresso Nacional em dezembro de 2010 e ainda em discussão, propõe uma série de diretrizes para planejar e organizar a educação. Três conceitos fundamentam a sua décima diretriz: a equidade, o respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. Ainda no referido documento, consta a meta que propõe universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, nesta faixa etária. Uma das estratégias para tal finalidade é prevenir a evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de abordagem dos temas sexualidade e diversidade de gênero na escola estão bem evidentes, apesar de existir várias correntes contrárias a este movimento. A anulação dessas temáticas nas instituições de ensino perpassa a formação adequada dos profissionais de educação, envolve questões políticas, tabus e crenças limitantes relacionadas ao tema.

O debate sobre sexualidade é bastante complexo e tem bastante nuances, o que não era objetivo desse artigo apresentar de maneira exaustiva. Entende-se que a percepção dos profissionais de educação entrevistados sobre

ISSN: 2358-8829

a temática e o que fica claro é que eles sequer conhecem as bases desse debate. A possibilidade de que concepções errôneas, e/ou conservadoras, e/ou preconceituosas sejam reproduzidas é, portanto, grande. Os professores se percebiam como pouco preparados, mesmo para atender aos requisitos colocados na BNCC, que são mínimos, como em outros documentos oficiais, que por vezes podem trazer abordagens mais reducionistas, aquém dos referenciais teóricos mais modernos.

A qualificação de um profissional de educação é de extrema importância em sala de aula sobre qualquer assunto trabalhado, em especial sobre um tema tão polêmico e difícil como o apresentado neste estudo, que está rodeado de tabus e de receios.

A aceitação da necessidade da educação sexual permitirá contribuir para que o estudante possa desenvolver e exercer sua sexualidade de forma responsável. No espaço escolar, o educador deve estar preparado para lidar com essas questões, evitando opiniões pessoais e reconhecendo a importância de falar sobre o assunto dentro deste ambiente. Além disso, devem estar confortáveis e confiantes em responder e abordar questões levantadas pela comunidade escolar a fim de garantir saúde física e psicológica.

Tratar o tema sexualidade nos educandários se tornou muito importante no decorrer dos anos e os profissionais precisam se mostrar abertos a sanar as dúvidas dos estudantes e estimular a participação da família na educação sexual das crianças. A pouca capacitação e discussão sobre a temática pode levar a práticas pedagógicas dispersas, superficiais ou pontuais, quando não forem também reprodutoras de preconceitos dadas as relações de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas* — CFH/CCE/UFSC,Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.
- ANDRADE, T. *Dos temas transversais à apropriação/vivência de valores:*uma proposta de qualidade sócio-educacional. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Marília,

ISSN: 2358-8829

- ANDRADE, V. *Orientação sexual na escola*: o que pensam alunas/adolescentes do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado) – UCP, Petrópolis, 2008.
- *ARROYO*, *M. Políticas educacionais e desigualdades*: à procura de novos significados. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. *113*, p. 1381-1416, 2010.
- ASSUNÇÃO, M.; TEIXEIRA, A. Relações de gênero: em sintonia com os PCNs. *Amae Educando*, Belo Horizonte, v. 33, n. 295, p.4 1-45, out. 2000.
- BORDINI, S. *Discursos sobre sexualidade nas escolas municipais de Curitiba* Dissertação (Mestrado) – UFP, Curitiba, 2009.
- BORGES, Z.; MEYER, D. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- BUTLER, J. *Gender Trouble*: Feminism and the subversion of identity. New York; London: Routledge; Champman & Hall, 1990.
- BUTLER, J. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. *Revista de Antropología Iberoamericana* — Antropólogos Iberoamericanos en Red, Madrid, v. 4, n. 3, p. 321-36, set./dez. 2009.
- CALDAS, C. A. A. *A escola faz diferença?* Um estudo da produção discursiva das homossexualidades por professores de ensino médio. Dissertação (Mestrado) – UFP, Belém, 2007.
- CAVALEIRO, M. C. *Feminilidades homossexuais no ambiente escolar*:ocultamentos e discriminações vividas por garotas. Tese (Doutorado) – Feusp, São Paulo, 2009.
- COSTA, M. As complexas conexões entre gênero, profissionalismo e formação docente. *Movimento* — Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**,** Rio de Janeiro, n. 3, p. 11-28, maio 2001.
- COSTA*,* R. *Sexualidade como tema transversal:* a estruturação da educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2001.
- DANILIAUSKAS, M. *Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação:*uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação (Mestrado) – Feusp, São Paulo, 2011.
- DULAC, E. *Sexualidades e escola:* considerações e questões levantadas pelos/as participantes de um curso voltado à

ISSN: 2358-8829

educação para a diversidade. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

- Epstein, D.; Johnson, R. *Sexualidades e institución escolar* Madrid: Morata; La Coruña: Fundación Paideia, 2000.
- ESPERANÇA, A. *Homossexualidade:* os significados e sentidos para docentes e discentes de cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Amazonas. Dissertação (Mestrado) – UFA, Manaus, 2009.
- FAVA, C. *Sexualidade como tema transversal nas escolas*: da teoria à prática. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2004.
- FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*,Campinas, n. 25, p. 105-115, jan./abr. 2004.
- FRANÇA, L. *Educação sexual*: uma análise da concepção dos professores de duas escolas estaduais do ensino fundamental de Curitiba. Dissertação (Mestrado) – UTP, Tuiuti do Paraná, 2008.
- FREITAG, M. *Gênero e sexualidade nas diretrizes curriculares para a educação brasileira* Dissertação (Mestrado) – URB, Blumenau, 2004.
- FURLANI, J. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, R. *Diversidade sexual na Educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 293-323.
- JARDIM, D. *Como e quando começar a orientação sexual na escola:* a opinião dos professores do município de Embu-SP. Dissertação (Mestrado) – UFSP, São Paulo, 2009.
- JUNQUEIRA, R. *Diversidade sexual na Educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009.
- GRÖSZ, D. *Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores* Dissertação (Mestrado) – UFB, Distrito Federal, 2008.
- KOERICH, M. *História de uma presença-ausente:* sexualidade e gênero em cursos de pedagogia. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Santa Catarina, 2007.
- LIRA, A. *O tema transversal "orientação sexual" nos PCN e atitude dos professores*: convergentes ou divergentes? Dissertação (Mestrado) – UFRPe, Recife, 2009.
- LOURO, G. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ISSN: 2358-8829

- LOURO, G. Currículo, gênero e sexualidade – O "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, G.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-53.
- LOURO, G. *Um corpo estranho*: ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LOURO, G. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na Educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 85-93.
- MADSEN, N. *A construção da agenda de gênero no sistema Educacional Brasileiro (1996 – 2007).* Dissertação (Mestrado) — UNB, Brasília, 2008.
- MARCHI, M. *Orientação sexual como tema transversal:* um estudo exploratório sobre representações de professoras. Dissertação (Mestrado) – UFR, Roraima, 2000.
- MARSIGLIA, D. *Silêncio e invisibilidade:* a atitude discriminatória de professores diante da homossexualidade na escola. Dissertação (Mestrado) – UNJ, São Paulo, 2009.
- MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no Governo Lula. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, p. 461-87, maio/ago. 2009.
- MOSTAFA, M. *Professores na encruzilhada entre o público e o privado:* o curso Gênero e Diversidade na Escola. Dissertação (Mestrado) – Uerj, Rio de Janeiro, 2009.
- OLIVEIRA, A. *O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re) articulação no campo escolar* Tese (Doutorado) – UFPe, Recife, 2009.
- PARRÉ, S. *Aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais na área de orientação sexual no ensino fundamental*: um diagnóstico. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Bauru, 2001.
-
- RAMOS, M.; ADÃO, J.; BARROS, G.(Coord.). *Diversidade na educação*: reflexões e experiências. Brasília: SEMT, 2003.
- REIS, E. *Escola e sexualidades*: diferentes concepções/muitos desafios. Dissertação (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 2009.
- RIBEIRO, C. Saberes, poderes, verdades: imbricando rizomaticamente gêneros, sexualidades e E(e)ducação. *Revista Instrumento,* Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p.147-154, jul./dez. 2010.

ISSN: 2358-8829

- RIBEIRO, J. F. *Sexualidade na escola:* um olhar sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. Dissertação (Mestrado) – UFJF, Juiz de Fora, 2009.
- RIOS, R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. *Diversidade sexual na Educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 53-83.
- ROSSI, A. *Avanços e limites no combate à homofobia*: uma análise do processo de implementação do Programa Brasil sem Homofobia. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- SANTOS, D. *Documentos de subjetivação:* um estudo sobre o currículo em um programa de formação de gênero. Dissertação (Mestrado) – Ufpa, Belém, 2009.
- SANTOS, L. *Corpo, gênero e sexualidade*: educar meninas e meninos para além da homofobia. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2008.
- SCOTT, J. *Gender and the Politics of History* New York: Columbia University Press, 1988.
- SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, R. *Diversidade sexual na Educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. p. 125-139.
- SILVA, C. *A igualdade ainda vai chegar*: desafios para a construção da 'cultura do respeito' aos direitos de cidadania do segmento LGBTT em uma escola pública do município de São Paulo. Tese (Doutorado) – Feusp, São Paulo, 2010.
- SILVA, S. *A mulher professora e a sexualidade*: representações e práticas no espaço escolar. Dissertação (Mestrado) – UFM, São Luís, 2009.
- TUCKMANTEL, M. *A educação sexual*:mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória. Tese (Doutorado) – Unicamp, São Paulo, 2009.
- VIANNA, C.; CARVALHO, M.; SCHILLING, F.; MOREIRA, M. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educação e Sociedade*, v. 32, n. 115, p. 525-545, abr./jun. 2011.
- VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, São

ISSN: 2358-8829

Paulo: Autores Associados, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.

- VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.